

**PROCESSO** - A. I. Nº 213080.0008/09-9  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - MANOEL MESSIAS DOS SANTOS  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 25/04/2017

## **2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO CJF Nº 0099-12/17**

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Representação proposta com base no art. 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), tendo em vista que não se pode exigir novamente do autuado o valor do tributo, considerando que as mercadorias apreendidas foram por ele abandonadas em favor da Fazenda Estadual. A relação jurídica existente entre o Estado (sujeito ativo) e o depositário infiel tem natureza civil e não tributária, cabendo a propositura da competente ação de depósito. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Representação da PGE/PROFIS, com fundamento no artigo 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e no artigo 113, § 5º, I, do RPAF/99, pugnando pela extinção do Auto de Infração, e posterior remessa do PAF ao Núcleo de Representação Judicial da PROFIS, com vistas a promover a propositura da competente ação judicial contra o depositário infiel, ALLAN JOSÉ TAGLIA FERRE.

O Auto de Infração, modelo “4”, Trânsito de Mercadorias, foi lavrado após apreensão de 28,024 m3 de madeira (massaranduba), os quais foram depositados em poder da empresa ALLAN JOSÉ TAGLIA FERRE, Inscrição Estadual nº 65.247.956, conforme Termo de Depósito, às fls. 3 dos autos.

No decorrer do processo administrativo fiscal, o autuado, MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, não efetuou o pagamento do débito nem apresentou defesa no prazo regulamentar, ensejando a decretação de sua condição de revel, encerrando a instância administrativa de julgamento e remetendo-se os autos à Coordenação de Mercadorias Apreendidas (doc.à fl. 17).

Ocorre que, após devidamente intimado, o depositário não devolveu, no prazo regulamentar, as mercadorias sob sua guarda, mantendo-se silente, sendo os autos encaminhados à SAT/DARC/GECOB para inscrição do débito em Dívida Ativa, “tendo em vista de tratar-se de infiel depositário”.

A PGE/PROFIS, através da Procuradora Assistente Dr<sup>a</sup>. Paula Gonçalves Morris Matos, apresenta Representação ao CONSEF, por anuir ao “PARECER PGE/PROFIS” às fls. 29 a 31 dos autos, da lavra da Dr.<sup>a</sup> Maria José Ramos Coelho, que entendeu que a relação jurídica travada entre o Estado e o autuado extinguiu-se no momento em que este abandonou as mercadorias, ficando, portanto, desobrigado do pagamento do débito, porquanto as referidas mercadorias apreendidas e depositadas em poder de terceiro (sem a anuência do autuado) é que deverão servir para a satisfação do crédito tributário, visto que a atitude do depositário, que não atendeu à intimação de entrega das mercadorias, autoriza a propositura da competente ação de depósito pela PGE/PROFIS, providência cabível a ser adotada *in casu*, posteriormente à acolhida da representação, com vistas à solução da questão. Assim, com supedâneo no art. 119, II, da Lei nº 3.956/81, representa ao CONSEF a fim de que seja extinto o crédito tributário, do que anexa cópia da Ação de Depósito, às fls. 34 a 44 dos autos.

À fl. 48 dos autos consta solicitação de CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA do PAF, em nome do autuado MANOEL MESSIAS DOS SANTOS.

### **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração lavrado contra MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, detentor das

mercadorias flagradas sendo entregues à destinatário diverso do indicado no documento fiscal, o que ensejou a apreensão das mesmas, as quais foram depositadas em poder da ALLAN JOSÉ TAGLIA FERRE, consoante Termo de Depósito, à fl. 3 dos autos.

Lavrado o Termo de Revelia, após regular intimação do autuado (fl.16), foi o PAF destinado à Coordenação de Mercadorias Apreendidas da DAT/METRO, a qual intimou o depositário para entrega das mercadorias sob sua guarda (fl. 33), cujo descumprimento da obrigação, ensejou que os autos fossem enviados à PGE/PROFIS para providências cabíveis em relação ao controle da legalidade e Depósito das mercadorias.

Conforme previsto no art. 31-H, inciso II, do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, as mercadorias apreendidas serão consideradas abandonadas, ficando desobrigado o devedor e extinto o crédito tributário, quando não ocorrer o pagamento do débito até 120 (cento e vinte) dias após a apreensão, salvo se houver impugnação do débito.

Já o art. 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), estabelece que, não sendo efetuado o pagamento ou apresentada a defesa, a autoridade preparadora certificará estas circunstâncias, lavrando o termo de revelia e encaminhando o processo para ser inscrito na Dívida Ativa. Porém, quando a constituição do crédito for manifestamente contra a lei ou o regulamento, a Procuradoria Fiscal representará ao Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), que julgará o lançamento de ofício, independentemente da ouvida do réu revel.

Logo, pode-se inferir o acerto da Representação, sob apreciação, pois se conclui da análise de tais dispositivos pela exoneração do devedor/autuado, em razão do abandono das mercadorias apreendidas pelo detentor, sujeito passivo do Auto de Infração, tendo, em consequência, o autuado ficado desobrigado do pagamento do débito, o que leva à extinção do crédito tributário em apreço, consoante disposição normativa supracitada.

Ao optar o Estado pela apreensão das mercadorias, cuja propriedade já fora renunciada tacitamente pelo autuado, não pode o PAF prosperar, sob pena de configurar-se o nefasto *bis in idem*, pelo que se impõe a desobrigação do devedor/autuado através da extinção do Auto de Infração em voga.

Vale ressaltar, em abono das razões de Representação, que a decisão pela apreensão e depósito das mercadorias é atribuição soberana do Fisco, mesmo no caso do depósito em favor de terceiro. Daí atrai o Fisco, para si, e exclusivamente para si, o risco e responsabilidades da sua atuação, descabendo transferi-los ao contribuinte/autuado, ex-detentor dos bens retidos.

Pelo exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação ora proposta, para julgar EXTINTO o Auto de Infração, devendo o respectivo PAF ser encaminhado para a PGE/PROFIS adotar as providências judiciais cabíveis, visto que a relação jurídica existente entre o sujeito ativo e o depositário infiel tem natureza civil e não tributária, cabendo à propositura da competente ação de depósito.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **213080.0008/09-9**, lavrado contra **MANOEL MESSIAS DOS SANTOS**. Devolvam-se os autos à PGE/PROFIS, visto que valerão como prova na ação de depósito a ser ajuizada.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de março de 2017.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS